

DETERMINANTES DOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES EMITIDOS ÀS COMPANHIAS NEGOCIADAS NA BM&FBOVESPA

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar os determinantes dos pareceres de auditoria emitidos às empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Foi desenvolvido a partir de dados obtidos em relatórios públicos e analisados através de estatística multivariada. Dentre os fatores investigados, apresentaram associação positiva multivariada com pareceres modificados os seguintes: tipo de firma de auditoria; e, logaritmo do número de dias entre o encerramento do exercício social e a assinatura do parecer. Apresentaram associação negativa: o tipo de controle; e, logaritmo dos honorários de auditoria. Foram observadas correlações positivas entre o atraso dos pareceres dos auditores independentes e as seguintes variáveis: estoques divididos pela receita de vendas; prejuízos no período analisado; subsidiárias controladas; tipo de controle (público *versus* privado); e, setor de atuação da empresa auditada (consumo não cíclico). Apresentaram correlações negativas com o atraso dos pareceres de auditoria as seguintes variáveis: comitê de auditoria; liquidez corrente; setor de atuação da empresa auditada (bens industriais). Além disto, outros fatores pesquisados apresentaram associação significativa de maneira univariada com pareceres de auditoria modificados.

Palavras-chave: Auditoria Independente. Pareceres de Auditoria. Determinantes.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria independente tem por finalidade emitir uma opinião acerca da adequação das informações constantes das demonstrações contábeis. Esta opinião é relatada através de um relatório formal padronizado, regulamentado por normas de auditoria e requerido pela legislação societária brasileira, denominado parecer dos auditores independentes ou parecer de auditoria (DUTRA, 2011).

Assim, o parecer dos auditores independentes consiste em um relatório considerado o produto final da auditoria realizada, o qual materializa os resultados encontrados e encerra um processo relativamente complexo, e que, não obstante, tem como envolvidos (direta ou indiretamente) três grupos com interesses distintos: os auditores; os *stakeholders*; e, os auditados (CAMARGO; *et al.*, 2011).

De acordo com Dutra (2011), o auditor desenvolve um trabalho analítico para emitir um relatório sintético acerca das conclusões obtidas na auditoria realizada, os *stakeholders* (investidores e potenciais investidores e/ou credores e potenciais credores, tanto de natureza financeira quanto de natureza social) têm neste relatório uma opinião acerca da adequação das demonstrações auditadas e, por sua vez, os auditados são aqueles que podem ser afetados pelas decisões tomadas por estes *stakeholders*, influenciadas por um parecer modificado.

Segundo Ballesta e García-Meca (2005), os *stakeholders* têm como preocupação central, em relação à auditoria, a presença ou a ausência de modificações no parecer dos auditores independentes, o que pode acarretar em reações no mercado, afetar o relacionamento entre auditor e auditado, levar a administração da empresa auditada a exercer pressão sobre os auditores independentes e fazer com que os auditores sofram processos judiciais por erros na condução e nos resultados da auditoria.

A este respeito, Dutra (2011) enfatiza a existência de um problema que permeia o processo de elaboração do parecer, o risco de auditoria, que consiste na possibilidade de o auditor emitir uma opinião inapropriada sobre as demonstrações contábeis ao não considerar a ocorrência de não conformidades materialmente relevantes.

Neste contexto, os determinantes dos pareceres de auditoria são mecanismos de apoio ao trabalho do auditor, os quais podem ser definidos como fatores observados na empresa auditada, na

firma de auditoria e/ou na relação auditor-auditado e que oferecem evidências para a explicação do tipo de parecer emitido, ou ainda, em uma visão prospectiva, ajudam na predição do tipo de parecer que tende a ser emitido (IRELAND, 2003; PASIOURAS; GAGANIS; ZOPOUNIDIS, 2007; YE; CARSON; SIMNETT, 2011).

Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo geral **investigar os fatores determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBOVESPA.**

A realização deste estudo tem como justificativa o desenvolvimento de conhecimento sobre determinantes dos pareceres dos auditores independentes e contribui com evidências empíricas acerca de fatores relacionados à emissão de pareceres modificados às empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Para apresentação da pesquisa desenvolvida, este trabalho foi estruturado contendo, além desta introdução, os seguintes tópicos: referencial teórico; metodologia da pesquisa; análise e resultados da pesquisa; e, conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes consiste em um relatório no qual o auditor expressa uma opinião relativa às demonstrações financeiras da empresa auditada, relatando se estas estão livres de distorções relevantes e se foram elaboradas de acordo com a legislação específica vigente e com as normas e princípios contábeis (PASIOURAS; GAGANIS; ZOPOUNIDIS, 2007).

Este relatório é um instrumento de comunicação, em que as partes interessadas são informadas sobre as conclusões obtidas pelo auditor e também sobre possíveis problemas constatados nos controles internos e/ou nas demonstrações financeiras das empresas auditadas, inclusive aqueles que dizem respeito à capacidade da empresa se manter em processo de continuidade (HOPE; LANGLI, 2010).

2.2 Estudos similares

Mutchler (1985) realizou um estudo sobre determinantes dos pareceres de auditoria modificados, tanto por questões de continuidade, como por outras questões, a partir de variáveis extraídas dos relatórios financeiros das empresas contidas na base de dados “*Disclosure II Database*” do período compreendido entre março de 1981 e fevereiro de 1982. Os resultados do estudo indicaram que foram significantes para explicação das modificações nos pareceres as seguintes variáveis: fluxo de caixa operacional deflacionado pelo passivo total; liquidez corrente; patrimônio líquido deflacionado pelo passivo total; passivos exigíveis (longo prazo) deflacionados pelo ativo total; e, o lucro antes dos impostos deflacionado pela receita líquida de vendas.

Dopuch, Holthausen e Leftwich (1987) objetivaram identificar características das empresas auditadas que ajudassem a prever a emissão de pareceres de auditoria modificados. Os autores constataram que foram significantes para a determinação dos pareceres de auditoria o tempo de listagem, a divulgação de prejuízos no ano analisado, o retorno das ações, o risco de mercado medido pelo coeficiente beta, o desvio padrão residual do retorno das ações, a variação anual do índice de contas a receber em relação ao ativo total e a variação anual do índice de alavancagem.

Ashton, Willingham e Elliott (1987) investigaram características das empresas auditadas e das firmas de auditoria que correspondiam a fatores relacionados ao atraso dos pareceres de auditoria. Testaram 14 variáveis e constataram que de maneira univariada o atraso dos pareceres de auditoria era significativamente maior para empresas que recebiam pareceres modificados, que atuavam no setor industrial, que possuíam capital fechado, que não possuíam encerramento contábil em dezembro, que possuíam controles internos mais fracos (qualidade dos controles medida através de uma escala ordinal de 5 pontos do tipo *likert*), que adotavam menos tecnologia para processamento de dados e que realizavam uma maior quantidade relativa de trabalhos de auditoria

após o final do ano (avaliada através de uma escala ordinal de 4 pontos, que variava entre 1 e 4, em que 1 indicava que todo o trabalho era realizado após o final do ano e 4, que a maior parte do trabalho era realizada até o final do ano). De modo multivariado, constataram como positivamente significantes as variáveis de logaritmo da receita de vendas e complexidade da auditoria medida pelo número de filiais existentes a serem auditadas. Observaram também como variáveis negativamente significantes a qualidade dos controles internos, a quantidade relativa de trabalho após o final do ano e o tipo de capital da empresa (fechado).

Keasey, Watson e Wynarczyk (1988) investigaram determinantes de pareceres de auditoria qualificados para pequenas empresas no Reino Unido. Como conclusões os autores constataram que são mais propensas a receber pareceres qualificados as empresas auditadas por grandes firmas de auditoria, com poucos diretores, com poucos investidores não diretores, com empréstimos com bens em garantia e com um longo período de tempo entre o encerramento do exercício social e a assinatura dos relatórios auditados.

Newton e Ashton (1989) verificaram a relação entre o atraso dos pareceres de auditoria e a tecnologia empregada pelas firmas de auditoria. Utilizaram uma amostra composta por firmas de auditoria estabelecidas no Canadá no período de 1978 a 1982 e desenvolveram um modelo de determinantes do atraso dos pareceres de auditoria. Os resultados do estudo apontaram uma relação negativa entre o atraso dos pareceres de auditoria e as variáveis de ativo total, encerramento do exercício social em 31/12 e variação anual dos lucros. Foram observadas também relações positivas entre o atraso dos pareceres e as variáveis divulgação de itens extraordinários, setor de atuação (não financeiro) e grau de estruturação tecnológica da firma de auditoria (de acordo com 5 indicadores medidos em escalas de 1 a 3).

Bell e Tabor (1991) realizaram um estudo sobre determinantes dos pareceres de auditoria em que desenvolveram uma modelagem para apoio à tomada de decisão em situações de incerteza para auditores independentes, mediante a predição de pareceres qualificados. Os autores identificaram como variáveis significantes para predição dos pareceres de auditoria, o retorno sobre o investimento, a alavancagem financeira, os estoques divididos pelas vendas, as contas a receber divididas pelas vendas e o índice de liquidez imediata.

Monroe e Teh (1993) desenvolveram um modelo para predição de pareceres de auditoria com ressalvas na Austrália, mediante a utilização de variáveis financeiras e de mercado no período de 1984 a 1988. Eles constataram que foram significantes para determinação dos pareceres com ressalvas o retorno das ações, o desvio padrão residual do retorno, as contas a receber deflacionadas pelo ativo total, os estoques deflacionados pelo ativo total e as *dummies* prejuízos recorrentes, parecer qualificado no ano anterior e setor de mineração.

O estudo de Ng e Tai (1994) objetivou identificar os determinantes do atraso dos pareceres de auditoria em Hong Kong. Os autores trabalharam com uma amostra contendo 260 observações no ano de 1990 e 292 observações no ano de 1991. Como conclusões, o estudo apontou uma correlação positiva entre o atraso dos pareceres de auditoria e as variáveis independentes de encerramento do exercício social em dezembro, divulgação de itens extraordinários e número de subsidiárias, indicando que empresas que possuem encerramento contábil em dezembro, divulgam itens extraordinários e maior quantidade de subsidiárias possuem maiores atrasos no recebimento de seus pareceres. Além destas constatações, observaram uma correlação negativa com o tamanho da empresa auditada (logaritmo do ativo total), indicando que empresas maiores possuem um menor atraso no recebimento de seus pareceres.

Jaggi e Tsui (1999) objetivaram identificar os determinantes do atraso dos pareceres de auditoria em Hong Kong, através de dados de 393 empresas entre 1991 e 1993. Os resultados da pesquisa demonstram que empresas que possuem maiores atrasos no recebimento de seus pareceres têm, em geral, um maior risco financeiro e são auditadas por firmas de auditoria que utilizam abordagens mais estruturadas em seus trabalhos.

O estudo de Ireland (2003) objetivou investigar a relação entre pareceres dos auditores independentes e características observáveis através de dados públicos de empresas. Para tal, utilizou uma amostra com dados de empresas do Reino Unido com 9304 observações, que foram analisados através de regressão logística multinomial. No estudo foi empregado um modelo de determinantes dos pareceres de auditoria que apontou como determinantes dos pareceres investigados, o tamanho da empresa auditada, o risco financeiro, o tipo da firma de auditoria, o fato de ser ou não uma subsidiária e os valores pagos a título de honorários de auditoria e/ou de outros serviços.

Leventis, Weetman e Caramanis (2005) investigaram os determinantes do atraso dos pareceres de auditoria, através de uma amostra com 171 empresas negociadas na Bolsa de Valores de Atenas. Os resultados do estudo apontaram uma associação negativamente significativa entre o atraso dos pareceres de auditoria analisados e o tipo de firma de auditoria (*Big-N*), honorários de auditoria, número de modificações no parecer de auditoria, divulgação de itens extraordinários e expressões características de incertezas nos pareceres.

Caramanis e Spathis (2006) investigaram os determinantes dos pareceres de auditoria qualificados emitidos às empresas negociadas na Bolsa de Valores de Atenas. Para tal utilizaram uma amostra de 185 empresas gregas e testaram a capacidade de variáveis financeiras e não financeiras para a predição de pareceres de auditoria qualificados. Como conclusões, não encontraram evidências de que os honorários de auditoria (*audit fees*) e o tipo de firma de auditoria (*Big-N* ou não) tenham influência na propensão de os auditores emitirem pareceres qualificados. No entanto, encontraram uma associação positiva entre a ocorrência de pareceres qualificados e indicadores financeiros, como liquidez corrente e margem operacional dividida pelo ativo total.

Damascena (2011) objetivou verificar os efeitos de variáveis contábeis e não contábeis sobre a emissão de pareceres com ressalvas e com parágrafos de ênfases em empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Para tal, analisou uma amostra com 708 pareceres de auditoria relativos ao período de 2006 a 2008. Os resultados da pesquisa apontaram para o modelo de pareceres com ressalvas uma associação positiva com as variáveis de lucro bruto e financiamentos de curto prazo. Foi observada também uma associação negativa com as variáveis de tipo de firma de auditoria, receita, lucro líquido e valor de mercado da empresa. Para o modelo de pareceres com parágrafos de ênfase foram identificadas associações negativas com as variáveis de liquidez corrente, valor de mercado da empresa e tipo de firma de auditoria. Ademais, foi observada uma associação positiva com a variável de financiamentos de longo prazo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa se enquadra quanto ao seu objetivo como exploratória-explicativa. Foi explicativa à medida que buscou identificar os fatores que contribuem ou determinam a ocorrência de determinados fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade mediante a explicação da razão dos fatos (GIL, 2006). Neste sentido, foi testada a capacidade explicativa das variáveis encontradas na literatura para a determinação da opinião contida nos pareceres de auditoria e do atraso na emissão destes relatórios, mediante a aplicação das técnicas estatísticas de regressão logística e regressão linear múltipla.

Pode ser também enquadrada como exploratória, pois buscou alcançar uma maior familiaridade com o problema (GIL, 2006) em questões pontuais que foram: a verificação de diferenças nos pareceres emitidos às empresas com controle público e com controle privado.

Quanto à abordagem ao problema, trata-se de um estudo quali-quantitativo (predominantemente quantitativo). É quantitativo pelo fato de os dados e evidências obtidas poderem ser quantificados, filtrados, organizados, tabulados e analisados por intermédio de técnicas estatísticas (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Além de quantitativa, é qualitativa por alguns fatores analisados não serem mensuráveis e necessitarem de descrições e análise de informações (MARTINS; THEÓPHILO, 2009), como a análise qualitativa dos dados prestados nos formulários de referência das empresas que compõem a amostra estudada.

3.1 Amostra da pesquisa

As empresas que compõem a amostra do estudo foram selecionadas a partir de uma listagem de companhias negociadas na BM&FBOVESPA, consultada durante o mês de junho de 2011. Inicialmente foram verificadas 683 empresas de todos os setores de atuação, das quais 284 pertencentes ao setor financeiro foram retiradas da amostra, perfazendo um total de 399 empresas (não financeiras). Destas, foram desconsideradas 119 empresas com dados não disponíveis, das quais 74 não estavam disponíveis na base de dados Economatica® e 45 possuíam problemas com seus FR. Após a exclusão destas empresas restaram 280 entidades.

Adicionalmente, foi excluída da amostra uma empresa que apesar de possuir dados completos para análise, não se encontrava em operação. Este procedimento foi adotado para evitar distorções na análise, tendo em vista que suas demonstrações contábeis já contemplavam os ajustes necessários às entidades paralisadas. Deste modo, a amostra da pesquisa foi composta por 279 observações válidas para análise.

Em relação ao período selecionado, importa salientar que o ano de 2010 foi o primeiro ano de vigência da Instrução CVM nº 480/2009 que tornou obrigatória a divulgação pelas companhias de capital aberto de informações adicionais àquelas apresentadas nas DFPs, como os valores dos honorários de auditoria e de outros serviços tomados dos auditores responsáveis pela auditoria de suas demonstrações contábeis. Além disto, o ano de 2010 foi o primeiro ano de vigência das normas brasileiras de auditoria (NBC TAs) convergentes com as normas internacionais emitidas pela IFAC.

A este respeito, Krishnan e Yang (2009) explicitam que, em estudos sobre determinantes de pareceres de auditoria, amostras com dados anteriores e posteriores à ocorrência de mudanças de normas ou padrões contábeis e/ou de auditoria, por vezes, podem produzir distorções nos resultados, fazendo com que, por exemplo, os pareceres emitidos após a mudança normativa sofram um aumento significativo em seu tempo de emissão, o que pode enviesar análises de atraso dos pareceres de auditoria.

Em virtude destes fatos, optou-se pelo isolamento dos efeitos da convergência, mediante a utilização de dados de pareceres relativos ao período pós-convergência, já elaborados de acordo com a nova normatização, isto é, emitidos após o ano de 2010. Assim, cabe salientar que não foi o foco deste estudo verificar se existem ou não diferenças significantes entre pareceres emitidos anteriormente e posteriormente às novas normas de auditoria, mas identificar características das empresas que estejam associadas aos pareceres emitidos de acordo com as novas normas de auditoria vigentes no Brasil.

3.2 Coleta e tratamento dos dados

A coleta dos dados, ocorrida durante o mês de julho de 2011, consistiu na busca dos seguintes relatórios: Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), na base de dados Economatica®; e, Formulários de Referência (FR), no portal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Dos 279 relatórios obtidos foram extraídas as variáveis/*proxies* empregadas no estudo. Os dados contidos nestes relatórios foram alocados em um banco de dados e submetidos a análises estatísticas descritivas e multivariadas.

Os dados foram tratados e analisados com o auxílio do *software* IBM® SPSS® *Statistics*, versão 19, tanto para a estatística descritiva como para as análises multivariadas. Na etapa de tratamento dos dados, houve a necessidade de ajuste das variáveis monetárias obtidas via FR, mediante conversão para milhares de Reais, visto que os dados contidos na base de dados Economatica® encontravam-se mensuradas nesta unidade de medida.

Os fatores e variáveis independentes investigadas na pesquisa e os sinais esperados para suas respectivas associações/correlações são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Fatores e variáveis independentes testadas

Variáveis independentes		Sinais esperados		Fundamentação
Variável	Fator	MD	AP	
logaritmo do ativo total	tamanho da empresa auditada	(-)	?	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003), Gaganis e Pasiouras (2007), Hope e Langli (2010), Reichelt e Wang (2010), DeFond e Lennox (2011), Krishnan e Sengupta (2011)
índice de var. anual do ativo total	tamanho da empresa auditada	(-)	?	Pasiouras, Gaganis e Zopounidis (2007)
índice de crescimento das vendas	tamanho da empresa auditada	(-)	?	Laitinen e Laitinen (1998)
passivo a descoberto no período	indicadores econômico-financeiros	(+)	(+)	Barbosa (2008) e NBC TA 570
fluxo de caixa op. div. pelo ativo total	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Hope e Langli (2010), Ye, Carson e Simnett (2011)
prejuízos no período analisado	indicadores econômico-financeiros	(+)	(+)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Hope e Langli (2010), Reichelt e Wang (2010), DeFond e Lennox (2011), Krishnan e Sengupta (2011), Ye, Carson e Simnett (2011)
prejuízos recorrentes três últ. anos	indicadores econômico-financeiros	(+)	(+)	NBC TA 570
liquidez corrente	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003), Caramanis e Spathis (2006), Gaganis e Pasiouras (2007), Pasiouras, Gaganis e Zopounidis (2007), DeFond e Lennox (2011)
variação anual do passivo total	indicadores econômico-financeiros	(+)	(+)	Krishnan e Sengupta (2011)
giro do ativo	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003)
caixa dividido pelos custos e desp. totais	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Bell e Tabor (1991)
caixa dividido pelo ativo total	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003)
margem líquida	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003); Caramanis e Spathis (2006)
exponencial dos lucros antes dos juros e imp. divididos pelo ativo total	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Pasiouras, Gaganis e Zopounidis (2007)
exponencial do retorno sobre o ativo	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003), Gaganis e Pasiouras (2007), Pasiouras, Gaganis e Zopounidis (2007), Hope e Langli (2010), Reichelt e Wang (2010)
retorno sobre o ativo não circulante	indicadores econômico-financeiros	(-)	(-)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003)
contas a rec. div. ativo circulante	medidas de risco	(+)	(+)	Millar e Bowen (2011)
estoques div. ativo total	medidas de risco	(+)	(+)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003)
estoques div. rec.de vendas	medidas de risco	(+)	(+)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003)
contas a rec. e estoques div.ativo total	medidas de risco	(+)	(+)	Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003), Caramanis e Spathis (2006)
tipo de firma de auditoria	tipo de firma de auditoria	(+)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Reichelt e Wang (2010), Bruynseels, Knechel e Willekens (2011), DeFond e Lennox (2011), Krishnan e Sengupta (2011), Ye, Carson e Simnett (2011)
subsidiárias controladas	complexidade auditoria	(+)	(+)	Ireland (2003)
subsíd. contr. fora do país	complexidade auditoria	(+)	(+)	Abbott <i>et al.</i> (2003)
reestruturação societária	complexidade auditoria	(+)	(+)	Firth (2002) e Krishnan e Sengupta (2011)
número de subsidiárias	complexidade auditoria	(+)	(+)	Ng e Tai (1994), Jaggi e Tsui (1999) e Leventis, Weetman e Caramanis (2005)
nº de subsíd. fora do país	complexidade auditoria	(+)	(+)	Abbott <i>et al.</i> (2003)
número de seg. negócios	complexidade auditoria	(+)	(+)	Lee, Mande e Son (2009)
encerramento do exercício em 31/12	complexidade da auditoria	?	(+)	Ashton, Willingham e Elliott (1987), Keasey, Watson e Wyszczek (1988), Newton e Ashton (1989) e Ng e Tai (1994).
logaritmo do honorários de auditoria	honorários	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Caramanis e Spathis (2006), Hope e Langli (2010)
honorários de outros serviços	honorários	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Hope e Langli (2010)
honorários de outros serv. div.honorários totais	honorários	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ye, Carson e Simnett (2011)

Variáveis independentes		Sinais esperados		Fundamentação
Variável	Fator	MD	AP	
honorários de outros serviços	honorários	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Hope e Langli (2010)
logaritmo do atraso do parecer	atraso dos pareceres de auditoria	(+)	NA	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), DeFond e Lennox (2011)
mudança de firma de auditoria	familiaridade entre auditor e auditado	(+)	(+)	Keasey, Watson e Wynarzczyk (1988) e Leventis, Weetman e Caramanis (2005)
log do nº de anos de posse firma de aud.	familiaridade entre auditor e auditado	(-)	(-)	Lee, Mande e Son (2009), Ye, Carson e Simnett (2011) e Habib e Bhuiyan (2011)
tempo de registro na CVM	maturidade dos controles contábeis	(-)	(-)	Dopuch, Holthausen e Leftwich (1987), Monroe e Teh (1993), Krishnan e Krishnan (1996), Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002) e Hope e Langli (2010)
variação anual da alavancagem sobre o ativo	alavancagem	(+)	(+)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002); Spathis, Doumpos e Zopounidis (2003), Hope e Langli (2010), Krishnan e Sengupta (2011)
emissão de ações	probab. de falência	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002) e Hope e Langli (2010)
PL dividido pelo passivo total	indicadores de força e estr. capital	(-)	(-)	Altman e McGough (1974), Mutchler (1985) e Laitinen e Laitinen (1998)
aplic.e invest. circ. div.pelo ativo total	aplic. e invest.	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002)
aplic.e invest. não circ. div. ativo total	aplic. e invest.	(-)	(-)	Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002)
nível difer. de gov. corporat.	governança corporativa	(-)	(-)	Ballesta e García-Meca (2005) ¹
comitê de auditoria	governança corporativa	(-)	(-)	
Internacionalização	governança corporativa	(-)	(-)	
tipo controle	tipo controle	?	?	(*)
petróleo, gás e biocomb.	setor	?	?	Monroe e Teh (1993) e Krishnan e Krishnan (1996) ²
mat. básicos.	setor	?	?	
bens industr.	setor	?	?	
construção e transportes	setor	?	?	
cons. não cicl.	setor	?	?	
cons. cíclico	setor	?	?	
tecnol.da inf.	setor	?	?	
telecomunic.	setor	?	?	

Legenda: MD = Parecer modificado; e, AP = Atraso dos pareceres de auditoria.

Nota: ¹ Utilizadas *proxies* de governança corporativa por similaridade ao estudo de Ballesta e García-Meca (2005);

² Utilizados os setores da BM&FBOVESPA por semelhança aos procedimentos de Monroe e Teh (1993) e Krishnan e Krishnan (1996);

(*) Variável analisada de maneira exploratória; (+) Sinal esperado positivo;

(-) Sinal esperado negativo; NA Não analisada; ? Sem expectativa de sinal.

Fonte: Elaborado pelo autor

4 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Características da amostra

Na Tabela 1 são apresentadas as ocorrências dos tipos de pareceres observados na amostra.

Tabela 1 – Ocorrências dos tipos de pareceres observados na amostra

Tipo de parecer	Qtde.	%
Sem ressalvas	190	68
Sem ressalvas, com parágrafos de ênfase e/ou de outros assuntos	64	23
Com ressalvas	5	2
Com ressalvas, com parágrafos de ênfase e/ou de outros assuntos	17	6
Abstenção de opinião	3	1
Total	279	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 279 pareceres de auditoria analisados, os com ressalvas e com abstenção de opinião, que compreendem os pareceres modificados e compõem a variável dependente parecer modificado (MODIF), totalizaram 25 relatórios, o que corresponde a aproximadamente 9% da amostra. Os pareceres sem ressalvas e sem ressalvas com parágrafos de ênfase e/ou de outros assuntos totalizaram 254 pareceres, o que corresponde a 91% dos relatórios analisados, classificados como não modificados. Além disto, os pareceres analisados possuem um prazo médio de emissão de aproximadamente 74 dias, com casos de emissão no mínimo em 13 dias e no máximo em 195 dias.

As firmas de auditoria responsáveis pela emissão dos pareceres de auditoria analisados são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Firmas de auditoria responsáveis pelos pareceres analisados

Firma Responsável	Qtde.	%
KPMG Auditores Independentes	50	17,9
Deloitte Touche Tohmatsu	50	17,9
Ernest & Young	49	17,6
PricewaterhouseCoopers	44	15,8
Outras firmas ¹	86	30,8
Total de pareceres	279	100,0

Nota: Este grupo é composto por 37 firmas de auditoria não *Big-Four*.

Fonte: Elaborado pelo autor

No que concerne às firmas de auditoria responsáveis pela emissão dos pareceres analisados, observou-se que estes foram em sua maioria emitidos por firmas de auditoria pertencentes ao grupo das *Big-Four*, responsáveis por cerca de 70% dos pareceres presentes na amostra.

4.2 Resultados da pesquisa

4.2.1 Determinantes dos pareceres de auditoria modificados

Na Tabela 3 são apresentados os *scores* de associação das variáveis testadas como determinantes dos pareceres modificados emitidos às entidades analisadas e seus respectivos coeficientes de significância.

Tabela 3 – *Scores* de associação entre pareceres modificados e variáveis independentes

Variáveis	Score	Variáveis	Score	Variáveis	Score	Variáveis	Score
VATTP	0,007	NAUDFEES	2,575	PLTPT	1,377	SUBS	7,535***
GIRATT	2,185	NAUDTOTFEES	7,531***	CAIXCDTOT	0,642	SUBSEST	4,852**
LIQC	1,947	VAALAV	0,002	TLIST	6,212**	REEST	1,200
CRATC	0,070	APICATT	1,618	PREJT	39,368***	COMIT	5,276**
ESTATT	1,684	APINCATT	0,145	CONTR	6,092**	EMAC	1,167
CRESTATT	3,000*	FCOATT	0,003	GOVER	13,470***	ENCEX	0,399
VAPT	1,622	CAIXATT	9,782***	PETR	0,707	BIGN	42,100***
MARGL	10,492***	LnATT	22,990***	MATBAS	0,061	NAUDFEESD	14,636***
RLANC	4,101**	ExpROA	8,755***	BENIND	0,022	POSSE1	4,602**
ESTREC	7,249***	ExpLAJATT	10,568***	CONSTRANS	0,587	PREJREC3A	24,478***
CRESVEN	2,622	LnAUDFEES	34,323***	CONSNC	3,581*	PASDESCT	53,560***
NSEG	1,578	LnNPOSSE	3,471*	CONSC	0,447		
NSUBS	2,689	INTERN	2,235	TECINF	0,250		
NSUBSEST	0,691	LnAPA	16,075***	TELEC	1,021		

Nota: ***, **, * estatisticamente significantes aos níveis de $p < 0,01$, $p < 0,05$ e $p < 0,10$ (bilateral), respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre as variáveis que apresentaram associação significativa com pareceres modificados (Tabela 3), são expostas na Tabela 4 aquelas que foram selecionadas para composição dos modelos de determinantes dos pareceres modificados.

Tabela 4 – Modelos de regressão logística para pareceres de auditoria modificados

Variáveis	Modelo 2A		Modelo 2B		Modelo 2C	
	Coef.	Exp(B)	Coef.	Exp(B)	Coef.	Exp(B)
ESTREC	-,013	,987	,000	1,000		
PASDESCT(1)	-1,213*	,297	-1,202*	,301	-1,184*	,306
LnATT	,149	1,160	,127	1,136	,119	1,126
SUBS(1)	,598	1,819	,581	1,788	,559	1,749
LnAUDFEES	-,845**	,429	-,937**	,392	-,915**	,401
BIGN(1)	1,881***	6,562	1,943***	6,977	1,952**	7,043
POSSE1(1)	-1,203*	,300	-1,159*	,314	-1,147*	,318
CONTR(1)	-1,357	,257	-1,461	,232	-1,453	,234
LnAPA	4,024***	55,908	4,248***	69,976	4,217***	67,841
TLIST	,004	1,004	,008	1,008	,008	1,008
GOVER(1)	,020	1,020				
COMIT(1)			-1,332	,264	-1,312	,269
CRESTATT					-,242	,785
Constante	-16,222**	,000	-15,339**	,000	-15,203**	,000
-2 Log verossimilhança		87,925		87,084		87,062
Pseudo R ² (Cox & Snell R ²)		,250		,253		,253
Pseudo R ² (Nagelkerke R ²)		,553		,558		,558
Significância		,000		,000		,000
Percentual Geral de Acertos		93,2%		93,2%		93,2%

Nota: ***, **, * estatisticamente significantes aos níveis de $p < 0,01$, $p < 0,05$ e $p < 0,10$ (bilateral), respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para todos os modelos apresentados, observou-se que os pseudo-coeficientes de determinação (Nagelkerke R^2), guardam proximidade com os coeficientes encontrados nos estudos anteriores, que variaram entre aproximadamente 40% e 50%. Tomando-se como referência o modelo com maior capacidade explicativa (Modelo 2C), isto é, com maior Pseudo R^2 , tem-se a equação (2) do modelo expressa a seguir:

$$Prob(MODIF) = 0,306 \times PASDESCT + 1,126 \times LnATT + 1,749 \times SUBS + 0,401 \times LnAUDFEES + 7,043 \times BIGN + 0,318 \times POSSE + 0,234 \times CONTR + 67,841 \times LnAPA + 1,008 \times TLIST + 0,629 \times COMIT + 0,785 \times CRESTAT \quad (2)$$

Conforme demonstrado na

Tabela 4, o logaritmo do atraso do parecer de auditoria (LnAPA) é estatisticamente significativo ao nível de $p < 0,01$, apresentando associação positiva com pareceres de auditoria modificados. Estes resultados sugerem que, inalteradas as demais variáveis, a chance de uma empresa receber um parecer modificado aumenta em 4,217 vezes a cada aumento unitário no número de dias entre o encerramento do exercício social e a data da assinatura do parecer.

O logaritmo dos honorários de auditoria (LnAUDFEES) foi significativo ao nível de $p < 0,05$, sugerindo que a chance de recebimento de um parecer modificado diminui em 0,915 vezes a cada aumento de uma unidade de milhar nos honorários de auditoria. É possível que este resultado seja decorrente de um aumento dos honorários combinado ao aumento de serviços prestados pelos auditores, implicando o aumento do controle e acompanhamento dos auditores em relação à empresa auditada, evitando, assim, a ocorrência de não conformidades (IRELAND, 2003).

A variável de tipo de firma de auditoria (BIGN) apresentou uma associação significativa positiva ao nível de $p < 0,05$, o que denota que empresas auditadas por firmas de auditoria pertencentes ao grupo das *Big-Four*, possuem chance de recebimento de um parecer modificado 7,043 vezes maior do que aquelas auditadas por outras firmas de auditoria.

Foram observadas associações negativas ao nível de $p < 0,10$ com as variáveis passivo a descoberto no período analisado (PASDESCT) e mudança de firma de auditoria no ano analisado (POSSE1), o que denota que empresas com passivo a descoberto, possuem uma chance de receber um parecer modificado 0,306 vezes menor do que as demais empresas e que as empresas que realizaram mudança de firma de auditoria no ano analisado possuem uma chance de recebimento de pareceres modificados 0,318 vezes menor do que as demais empresas.

Relativamente ao resultado observado para a variável passivo a descoberto no período analisado, este aparenta incongruência com os fundamentos levantados, tendo em vista que, se esperava uma associação positiva entre esta e os pareceres modificados. Isto pode ser decorrente da aplicação das normas de auditoria, que obrigam o auditor, em casos de incertezas sobre o risco de descontinuidade, a se reportar sobre o fato através de um parecer com opinião sobre continuidade (ao invés de um parecer modificado por outras questões), uma vez que, este indicador possui íntima ligação com a avaliação da adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional, apregoado pela NBC TA 570, como fator integrante do rol de indícios de incertezas, quanto à capacidade de continuidade.

Os resultados para o atraso do parecer de auditoria são consistentes com as afirmações de Keasey, Watson e Wynarczyk (1988) e Ireland (2003), de que a probabilidade de uma empresa receber um parecer modificado aumenta à medida que o tempo entre o encerramento do exercício social e a assinatura do relatório de auditoria também aumenta. Para Ireland (2003), grandes atrasos podem resultar da identificação de problemas com a empresa auditada e a necessidade de emprego de um maior esforço para formação da opinião, ou da expectativa de que um problema identificado seja resolvido e assim uma modificação seja evitada.

No que diz respeito ao aumento da chance de recebimento de um parecer modificado, quando a empresa é auditada por uma *Big-Four*, estes resultados são consistentes com os de Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002) e estes coeficientes sugerem, assim como apontado por Keasey, Watson e Wynarczyk (1988), que grandes firmas de auditoria são mais propensas a

emitir parecer modificados, possivelmente por possuírem um diferencial na capacidade de identificar e relatar não conformidades.

Ademais, os resultados encontrados para a variável indicadora de troca de firma de auditoria no período analisado, se contrapõem às afirmações de Ye, Carson e Simnett (2011), de que as empresas estão mais sujeitas ao recebimento de pareceres modificados nos primeiros anos de relacionamento, tendo em vista que a chance de recebimento de um parecer modificado se demonstrou menor em casos de empresas que realizaram a troca de seus auditores durante o ano pesquisado.

Cabe enfatizar que, apesar de apenas 5 variáveis possuírem significância no modelo de regressão logística, outros fatores também apresentaram associação significativa de maneira univariada com pareceres de auditoria modificados, mas não se apresentaram significantes na regressão logística múltipla por não apresentarem ajuste adequado com outras variáveis inseridas no modelo.

4.2.2 Determinantes do atraso dos pareceres de auditoria

Na Tabela 5 são apresentados os coeficientes de correlação entre a variável dependente de atraso dos pareceres de auditoria (APA) e as variáveis independentes estudadas.

Tabela 5 – Correlação entre APA e variáveis independentes

Variáveis Independentes	Correlação de Pearson						
VATTP	-,083	NAUDFEES	-,115*	TLIST	,041	REEST	,001
GIRATT	-,042	NAUDTOTFEES	-,150**	PREJT	,225***	COMIT	-,176***
LIQC	-,125**	VAALAV	-,025	CONTR	,099*	EMAC	,006
CRATC	,046	APICATT	-,125**	GOVER	-,129**	ENCEX	-,003
ESTATT	,084	APINCATT	,091	PETR	,083	BIGN	-,200***
CRESTATT	,041	FCOATT	,097	MATBAS	-,027	NAUDFEESD	-,183***
VAPT	,008	CAIXATT	-,123**	BENIND	-,093	POSSE1	,062
MARGL	,023	LnATT	-,087	CONSTRANS	,025	PREJREC3A	,117*
RLANC	-,050	ExpROA	-,029	CONSNC	,170***	PASDESCT	,199***
ESTREC	,298***	ExpLAJATT	-,103*	CONSC	-,016	ENFOT	,195***
CRESVEN	,066	LnAUDFEES	-,112*	TECINF	-,068	MODIF	,296***
NSEG	-,040	LnNPOSSE	-,069	TELEC	-,096	GC	,302***
NSUBS	,003	PLTPT	,004	SUBS	,106*	NTCM	,339***
NSUBSEST	-,067	CAIXCDTOT	-,008	SUBSEST	-,088	NTPA	,432***

Nota: ***, **, * estatisticamente significantes aos níveis de $p < 0,01$, $p < 0,05$ e $p < 0,10$ (bilateral), respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos coeficientes de correlação apresentados na Tabela 5 foram constatadas relações positivas univariadas com as variáveis independentes: indicadores econômico-financeiros (prejuízos no período analisado; prejuízos recorrentes nos três últimos anos; e, passivo a descoberto no período analisado); medidas de risco (estoques divididos pela receita de vendas); tipo de controle (público); setor de atuação da auditada (consumo não cíclico); complexidade da auditoria (subsidiárias controladas); tipo de opinião contida no parecer (parecer com parágrafos de ênfases e/ou de outros assuntos, parecer modificado; e, parecer com opinião sobre continuidade); e, número de parágrafos contidos no parecer (número de parágrafos com modificações; e, número total de parágrafos adicionais contidos no parecer).

Foram também observadas relações negativas univariadas com as seguintes variáveis independentes: indicadores econômico-financeiros (liquidez corrente; caixa dividido pelo ativo total; e, exponencial do lucro antes dos juros e impostos divididos pelo ativo total); aplicações e investimentos (aplicações e investimentos circulantes divididos pelo ativo total); honorários pagos às firmas de auditoria (logaritmo dos honorários de auditoria; honorários de outros serviços; honorários de outros serviços divididos pelos honorários totais; e, honorários de outros serviços – *dummy*); governança corporativa (nível diferenciado de governança corporativa; e, comitê de auditoria); e, tipo de firma de auditoria (*Big-Four*).

Estes resultados denotam que estas variáveis, individualmente, contribuem para a explicação do atraso do parecer de auditoria. Em uma perspectiva multivariada, a Tabela 6 apresenta o modelo de regressão linear múltipla para determinação do atraso do parecer de auditoria.

Tabela 6 – Modelo de regressão linear múltipla para o atraso do parecer de auditoria

Variáveis Independentes	Sinal Esp.	Coeficiente	Erro Padrão	Coef. Beta	T	P-value	VIF
Constante		63,408	2,975		21,311	,000	
ESTREC	(+)	9,649	1,917	,270	5,032	,000	1,036
PREJT	(+)	14,330	2,993	,264	4,789	,000	1,094
SUBS	(+)	10,633	3,019	,196	3,522	,001	1,114
COMIT	(-)	-9,528	2,951	-,176	-3,229	,001	1,064
LIQC	(-)	-,641	,241	-,141	-2,654	,008	1,017
BENIND	?	-6,565	3,861	-,092	-1,700	,090	1,041
CONTR	?	11,696	5,365	,117	2,180	,030	1,035
CONSNC	?	7,750	3,737	,112	2,074	,039	1,056
Estatísticas							
R	,499	R ² Ajustado	,226	F	11,166		
R ²	,249	Erro Padrão	19,868	Sig.	,000		
Durbin-Watson	1,751						

Fonte: Elaborado pelo autor

Tomando-se como referência os coeficientes do modelo apresentado na Tabela 6, tem-se a equação (4) expressa a seguir:

$$APA = 63,408 + 9,649 \times ESTREC + 14,330 \times PREJT + 10,633 \times SUBS - 9,528 \times COMIT - 0,641 \times LIQC - 6,565 \times BENIND + 11,696 \times CONTR + 7,750 \times CONSNC + \varepsilon \quad (4)$$

Os resultados da análise de regressão linear múltipla indicam que existe um grau de associação entre a variável de dependente atraso dos pareceres de auditoria (APA) e as variáveis independentes de aproximadamente 50%, como indica o coeficiente de Correlação de Pearson de 0,499. Por sua vez, o coeficiente de determinação (R²) de 0,249 indica que aproximadamente 25% do comportamento da variável dependente APA é explicado pelas variáveis independentes que compõem o modelo.

Este coeficiente de determinação possui similaridade com coeficientes de estudos anteriores, como os de Leventis, Weetman e Caramanis (2005) que observaram um coeficiente de 0,243 (Grécia), de Ashton, Willingham e Elliott (1987) de 0,265 (Estados Unidos), de Schwartz e Soo (1996) de 0,224 (Estados Unidos), de Lee, Mande e Son (2009) de 0,222 (Estados Unidos) e de Bonsón-Ponte, Escobar-Rodríguez e Borrero-Domínguez (2008) de 0,200 (Espanha). Ademais, estes coeficientes são superiores aos obtidos em estudos como os de Ng e Tai (1994) de 0,144 e de Jaggi e Tsui (1999) de 0,170, ambos desenvolvidos em Hong Kong e de Newton e Ashton (1989) de 0,172, realizado no Canadá.

Foram encontradas relações significativamente positivas ao nível de p<0,01 entre a variável dependente e as variáveis de estoques divididos pela receita de vendas (ESTREC), prejuízos no período analisado (PREJT); e, subsidiárias controladas (SUBS), o que denota que empresas com maiores valores de estoques divididos pela receita de vendas, com prejuízos no período analisado e/ou com subsidiárias controladas possuem um maior atraso em seus pareceres de auditoria.

Ainda ao nível de significância de p<0,01 foram constatadas relações negativas entre o atraso dos pareceres de auditoria e as variáveis de comitê de auditoria (COMIT) e liquidez corrente (LIQC), o que indica que empresas que possuem comitê de auditoria implantado e/ou com maiores índices de liquidez corrente possuem menores atrasos em seus pareceres.

Ao nível de significância de p<0,05 foram constatadas relações positivas entre o atraso dos pareceres de auditoria e as variáveis de tipo de controle (CONTR) e setor de consumo não cíclico (CONSNC), o que sugere que empresas com controle público possuem um maior atraso no recebimento de seus pareceres de auditoria do que empresas com controle privado e que as empresas que atuam no setor de consumo não cíclico têm seus pareceres emitidos com um maior tempo de atraso do que empresas de outros setores.

Significante ao nível de $p < 0,10$, a variável de setor de bens industriais (BENIND) apresentou uma relação negativa com o atraso dos pareceres, o que indica que empresas do setor de bens industriais tendem a receber pareceres de auditoria com menores atrasos do que empresas pertencentes a outros setores de atuação.

Em relação à variável de estoques divididos pela receita de vendas, enquanto *proxy* para risco, os resultados da análise sustentam a afirmação de que maiores riscos na realização da auditoria implicam maiores atrasos na emissão do parecer (SIMUNIC, 1980; NEWTON; ASHTON, 1989). Subsidiárias controladas, utilizada como *proxy* para complexidade da auditoria, indicou que os pareceres emitidos às companhias com subsidiárias controladas tendem a ser emitidos com um maior atraso do que aqueles emitidos a empresas sem subsidiárias (NG; TAI, 1994; JAGGI; TSUI, 1999; HABIB; BHUIYANB, 2011).

O fator compreendido por indicadores econômico-financeiros, representado pelas variáveis de liquidez corrente e prejuízos no ano analisado, enquanto medidas de desempenho favorável e adverso, respectivamente, demonstraram relações negativa e positiva com o atraso do parecer, o que sugere que empresas com maiores indicadores econômico-financeiros favoráveis tendem a receber seus pareceres com menores atrasos e que empresas com maiores indicadores econômico-financeiros adversos tendem a receber seus pareceres com menores atrasos.

Os resultados observados para estas duas variáveis corroboram as afirmações de que empresas com prejuízos (MONROE; TEH, 1993; DEFOND; RAGHUNANDAN; SUBRAMANYAM, 2002; YE; CARSON; SIMNETT, 2011; KRISHNAN; SENGUPTA, 2011) e com menores índices de liquidez (SPATHIS; DOUMPOS; ZOPOUNIDIS, 2003) estão mais expostas ao risco de entrar em processo de descontinuidade, e conseqüentemente podem apresentar um maior atraso no recebimento de seus pareceres (IRELAND, 2003).

No que se refere ao papel dos comitês de auditoria, foi observado que empresas detentoras deste órgão possuem um menor atraso no recebimento de seus pareceres de auditoria, o que pode ser devido ao fato de que exista um controle mais efetivo tanto por parte dos auditores como dos membros do comitê, um maior contato entre estes indivíduos através de reuniões e também um maior esforço de auditoria (DE FUENTES; PUCHETA-MARTÍNEZ, 2009).

Para as variáveis de tipo de controle e de setor de atuação da empresa auditada, não havia expectativas em relação aos sinais esperados (positivos ou negativos) para as associações com o atraso dos pareceres. É difícil determinar as causas pelas quais empresas de um setor específico tendem a receber pareceres com maiores atrasos e empresas de outros setores podem receber em um tempo inferior, mas é possível que seja decorrente de características inerentes a cada setor de atuação e outros fatores necessários às atividades destas empresas, o que pode ser visto como uma oportunidade para futuras pesquisas.

5 CONCLUSÕES

Neste contexto, o estudo teve como objetivo geral, **investigar os fatores determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBOVESPA.**

Assim, foram identificados como determinantes dos pareceres de auditoria modificados os seguintes fatores:

- ✓ Logaritmo do atraso do parecer de auditoria – uma associação positiva observada denotou que empresas com maiores atrasos no recebimento de seus pareceres estão mais sujeitas ao recebimento de pareceres de auditoria modificados;
- ✓ Logaritmo dos honorários de auditoria – uma associação negativa observada indicou que à medida que os honorários de auditoria aumentam, a chance de recebimento de um parecer modificado diminui;
- ✓ Tipo de controle (público *versus* privado) – foi observada uma associação negativa e do modo como a variável foi codificada, sugere que empresas com controle público estão

menos sujeitas ao recebimento de um parecer modificado, do que empresas com controle privado; e,

- ✓ Tipo de firma de auditoria (*Big-Four*) – uma associação positiva encontrada sugeriu que empresas auditadas por *Big-Four* estão mais sujeitas ao recebimento de pareceres modificados do que aquelas auditadas por outras firmas de auditoria.

De acordo com estes resultados, observou-se que estão **mais** sujeitas ao recebimento de pareceres modificados, empresas com maiores atrasos na emissão dos pareceres e auditadas por *Big-Four*. Tais resultados podem ser decorrentes do fato de que a identificação de problemas com a empresa auditada leve os auditores a uma demora maior para emissão da opinião e que as maiores firmas de auditoria tenham uma maior condição de identificar e relatar não conformidades.

Constatou-se também que estão **menos** propensas ao recebimento de pareceres modificados, empresas com controle público e com maiores honorários de auditoria. Isto pode ser devido aparentemente ao fato de maiores valores de honorários de auditoria significarem maior quantidade de trabalho para seus auditores, o que implicaria em um maior acompanhamento da empresa pelos auditores.

Foram observados como determinantes do atraso na emissão dos pareceres dos auditores independentes os seguintes fatores:

- ✓ Estoques divididos pela receita de vendas – foi observada uma relação positiva, o que denota que empresas com níveis mais elevados de estoques possuem um maior atraso no recebimento de seus pareceres de auditoria;
- ✓ Prejuízos no período analisado – a relação positiva apresentada por esta *dummy* indica que empresas com prejuízos no ano analisado têm um maior atraso no recebimento de seus pareceres;
- ✓ Subsidiárias controladas – foi observada uma relação positiva para esta *dummy*, que indica que empresas que têm subsidiárias controladas possuem um maior atraso no recebimento de seus pareceres de auditoria;
- ✓ Comitê de auditoria – foi encontrada uma relação negativa e do modo como foi codificada esta *dummy*, indica que empresas que possuem comitês de auditoria implantados possuem um menor atraso no recebimento de seus pareceres;
- ✓ Liquidez corrente – a relação negativa observada sugere que empresas com menores índices de liquidez possuem um maior atraso no recebimento de seus pareceres de auditoria;
- ✓ Tipo de controle (público *versus* privado) – foi verificada uma associação positiva, sugerindo que empresas com controle público possuem um maior atraso no recebimento de seus pareceres de auditoria do que empresas com controle privado;
- ✓ Setor de atuação da empresa auditada (consumo não cíclico) – uma relação positiva foi encontrada, indicando que empresas do setor de consumo não cíclico têm seus pareceres emitidos com um maior tempo de atraso do que empresas de outros setores; e,
- ✓ Setor de atuação da empresa auditada (bens industriais) – foi observada uma relação negativa, sugerindo que empresas do setor de bens industriais tendem a receber pareceres de auditoria com menores atrasos do que empresas pertencentes a outros setores.

De acordo com estes resultados, foi observado que possuem **maiores** atrasos no recebimento de seus pareceres, empresas com maiores valores de estoques divididos pela receita de vendas, com prejuízos no período analisado, com subsidiárias controladas, que atuam no setor de consumo não cíclico e com controle público.

É possível que este aumento no tempo para emissão do parecer seja resultante de uma maior exposição ao risco, de um maior nível de complexidade para realização da auditoria, da constatação de situações econômico-financeiras adversas e/ou de não conformidades que requeiram discussões

adicionais entre auditores e administradores sobre os ajustes necessários às demonstrações contábeis para então realizarem a emissão do parecer.

Verificou-se também que possuíam **menores** atrasos no recebimento de seus pareceres, empresas com comitê de auditoria constituído, com maiores índices de liquidez corrente, e que atuam no setor de bens industriais. Tais resultados podem ser devidos às constatações de situações econômico-financeiras favoráveis pelos auditores e a confiabilidade em relação às demonstrações contábeis da empresa auditada, proporcionada pela existência do comitê de auditoria.

Ademais, alguns fatores, observados como determinantes dos pareceres de auditoria na literatura, foram também identificados como características significativamente associadas às variáveis dependentes investigadas neste estudo, corroborando as evidências encontradas pelos estudos anteriores. Relativamente aos fatores apontados nos estudos precedentes e elencados na metodologia deste trabalho, que não se demonstraram significativos para os casos analisados na amostra, cabe salientar que isto pode ser decorrente de questões inerentes às realidades dos países em que as pesquisas foram desenvolvidas como relatado por Hope e Langli (2010), das *proxies* utilizadas ou do período em que o estudo foi realizado, ressaltando que é primordial que novas pesquisas sejam realizadas no sentido de verificar se tais variáveis efetivamente consistem em determinantes dos pareceres de auditoria.

Conforme enfatizado por Hope e Langli (2010), o fato de determinadas variáveis testadas não se demonstrarem efetivamente associadas às características dos pareceres são influenciadas por diferenças legais e culturais entre os países em que estes estudos foram desenvolvidos, como por exemplo, nos casos de países com maiores índices de litígios envolvendo auditorias, pode haver um maior grau de conservadorismo na formação da opinião pelos auditores do que em outros países. Por fim, os resultados desta pesquisa estão limitados às empresas estudadas e ao período analisado.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, L.J.; PARKER, S.; PETERS, G F.; RAGHUNANDAN, K. The association between audit committee characteristics and audit fees. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 22, n. 2, p. 17-32, set. 2003.
- ALTMAN, E.I.; MCGOUGH, T.P. Evaluation of a company as a going concern: a model developed to predict bankruptcy may help the auditor judge a company's ability to continue operations. **Journal of Accountancy**, v. 138, n. 6, p. 50-57, dez. 1974.
- ASHTON, R.H.; WILLINGHAM, J.J.; ELLIOTT, R.K. An empirical analysis of audit delay. **Journal of Accounting Research**, v. 25, n. 2, p.275-292, 1987.
- BALLESTA, J. P. S.; GARCÍA-MECA, E. Audit qualifications and corporate governance in Spanish listed firms. **Managerial Auditing Journal**, v. 20, n. 7, p. 725-738, 2005.
- BARBOSA, J.P.F. **Um estudo teórico-empírico sobre a qualidade da auditoria e medidas contábeis de risco em empresas listadas na Bovespa no período de 2002 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). 2008. 131 f. Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Atuárias. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- BELL, T.B.; TABOR, R.H. Empirical analysis of audit uncertainty qualifications. **Journal of Accounting Research**, v. 29, n. 2, p. 350-370, 1991.
- BONSÓN-PONTE, E.; ESCOBAR-RODRÍGUEZ, T.; BORRERO-DOMÍNGUEZ, C. Empirical analysis of delays in the signing of audit reports in Spain. **International Journal of Auditing**, v. 12, p. 129-140, 2008.
- BRUYNSEELS, L.; KNECHEL, W. R.; WILLEKENS, M. Auditor Differentiation, Mitigating Management Actions, and Audit-Reporting Accuracy for Distressed Firms. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 30, n. 1, p. 1-20, fev. 2011.

CAMARGO, R.V.W.; DUTRA, M.H.; PEPINELLI, R.C.C.; ALBERTON, L. Parecer dos auditores independentes: Uma análise da produção científica nacional desenvolvida entre os Anos de 1987 e 2010. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p.162-183, 2011.

CARAMANIS, C.; SPATHIS, C. Auditee and audit firm characteristics as determinants of audit qualifications: Evidence from the Athens stock exchange. **Managerial Auditing Journal**, v. 21, n. 9, p. 905-920, 2006.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.226, de 27 de novembro de 2009**. Aprova a NBC TA 570 – Continuidade Operacional.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

DAMASCENA, L.G. **Pareceres de auditoria**: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. 2011. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), João Pessoa 2011.

DE FUENTES, C.; PUCHETA-MARTÍNEZ, M.C. Auditor independence, joint determination of audit and non-audit fees and the incidence of qualified audit reports. **Academia - Revista Latinoamericana de Administración**, v. 43, p. 63-92, 2009.

DEFOND, M. L.; LENNOX, C. S. The effect of SOX on small auditor exits and audit quality. **Journal of Accounting & Economics**, v. 52, n. 1, p. 21-40, jun. 2011.

_____.; RAGHUNANDAN, K.; SUBRAMANYAM, K. R. Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. **Journal of Accounting Research**, v. 40, n. 4, p. 1247-1274, 2002.

DOPUCH, N.; HOLTHAUSEN, R.W.; LEFTWICH, R.W. Predicting audit qualifications with financial and market variables. **The Accounting Review**, v. 62, n. 3, p. 431-454, 1987.

DUTRA, M.H. **Modelo de referência para o relatório final da auditoria independente baseado na abordagem de *expectations gap***. 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FIRTH, M. Auditor-provided consultancy services and their associations with audit fees and audit opinions. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 29, n. 5-6, jun./Jul., 2002.

GAGANIS, C.; PASIOURAS, F. A multivariate analysis of the determinants of auditors' opinions on Asian banks. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 3, p. 268-287, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HABIB, A.; BHUIYANB, B.U. Audit firm industry specialization and the audit report lag. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 20, p. 32-44, 2011.

HOPE, O. K.; LANGLI, J. C. Auditor independence in a private firm and low litigation risk setting. **The Accounting Review**, v. 85, n. 2, p. 573-605, mar. 2010.

IRELAND, J. C. An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 30, n. 7-8, p. 975-1015, 2003.

JAGGI, B.; TSUI, J. Determinants of audit report lag: further evidence from Hong Kong. **Accounting and Business Research**, v. 30, n. 1, p. 17-28, 1999.

KEASEY, K.; WATSON, R.; WYNARZCYK, P. The small company audit qualification: A preliminary investigation. **Accounting and Business Research**, v. 18, n. 72, p. 323-333, 1988.

- KRISHNAN, G. V.; SENGUPTA, P. How do Auditors Perceive Recognized vs. Disclosed Lease and Pension Obligations? Evidence from Fees and Going-Concern Opinions. **International Journal of Auditing**, v. 15, n. 2, p. 127-149, jul. 2011.
- KRISHNAN, J.; KRISHNAN, J. The role of economic trade-offs in the audit opinion decision: An empirical analysis. **Journal of Accounting Auditing and Finance**, v. 11, n. 4, p. 565–586, 1996.
- _____.; YANG, J. S. Recent Trends in Audit Report and Earnings Announcement Lags. **Accounting Horizons**, v. 23, n. 3, p. 265-288, set. 2009.
- LAITINEN, E. K.; LAITINEN, T. Qualified audit reports in Finland: Evidence from large companies. **European Accounting Review**, v. 7, n. 4, 639–653, dez. 1998.
- LEE, H.Y.; MANDE, V.; SON, M. Do lengthy auditor tenure and the provision of non-audit services by the external auditor reduce audit report lags? **International Journal of Auditing**, v. 13, p. 87-104, 2009.
- LEVENTIS, S.; WEETMAN, P.; CARAMANIS, C. Determinants of audit report lag: Some evidence from the Athens Stock Exchange. **International Journal of Auditing**, v. 9, p. 45-58, 2005.
- MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MILLAR, J.A.; BOWEN, B.W. Small and large firm regulatory costs: The case of the Sarbanes-Oxley Act. **Corporate Governance**, v. 11, n. 2, p. 161-170, 2011.
- MONROE, G.; TEH, S. Predicting uncertainty audit qualifications in Australia using publicly available information. **Accounting and Finance**, v. 33 n. 2, p. 79-106, 1993.
- MUTCHLER, J.F. A multivariate analysis of the auditor's going-concern opinion decision. **Journal of Accounting Research**, v. 23 n. 2, p. 668-682, 1985.
- NEWTON, J.D.; ASHTON, R.H. The association between audit technology and audit delay. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 8, supl., p. 22-37, 1989.
- NG, P.P.H.; TAI, B.Y.K. An empirical examination of the determinants of audit delay in Hong Kong. **British Accounting Review**, v. 26, p. 43-59, 1994.
- PASIOURAS, F.; GAGANIS, C.; ZOPOUNIDIS, C. Multicriteria decision support methodologies for auditing decisions: The case of qualified audit reports in the UK. **European Journal of Operational Research**, v. 180, n. 3, p. 1317-1330, ago. 2007.
- REICHELTL, K. J.; WANG, D. National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. **Journal of Accounting Research**, v. 48, n. 3, p. 647-686, 2010.
- SCHWARTZ, K.B.; SOO, B.S. The association between auditor changes and reporting lags. **Contemporary Accounting Research**, v. 13, n. 1, p. 353-370, 1996.
- SIMUNIC, D. A. The pricing of audit services: theory and evidence. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 1, p. 161-190, 1980.
- SPATHIS, C.; DOUMPOS, M.; ZOPOUNIDIS, C. Using client performance measures to identify pre-engagement factors associated with qualified audit reports in Greece. **International Journal of Accounting**, v. 38, n. 3, p. 267-284, 2003.
- SPATHIS, C.T. Audit qualification, firm litigation, and financial information: an empirical analysis in Greece. **International Journal of Auditing**, v. 7, n. 1, p. 71-85, 2003.
- YE, P.; CARSON, E.; SIMNETT, R. Threats to Auditor Independence: The Impact of Relationship and Economic Bonds. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 30, n. 1, p. 121-148, fev. 2011.